

139

**Política e Estratégia
no Brasil Contemporâneo**

Shiguenoli Miyamoto
Alessandro Shimabukuro

Primeira Versão

Primeira Versão é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são ‘papers’ apresentados em reuniões fora do âmbito do Instituto.

Primeira Versão é, portanto, uma publicação predominantemente voltada para a circulação interna, mas, por isso mesmo, pode vir a preencher um papel importante na vida acadêmica e intelectual do IFCH.

Primeira Versão está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e os originais deverão ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

FICHA TÉCNICA

Diretora: Profa. Dra. Nádia Farage

Diretor Associado: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Prof. Dr. Sidney Chalhoub;

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva;

Coordenação das Coleções Seriadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira;

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Alvaro Bianchi;

Coordenação das Coleções Avulsas

Profa. Dra. Guita Grin Debert.

Representantes dos Departamentos:

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – DH,

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF,

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP,

Profa. Dra. Guita Grin Debert–DA.

Representantes dos funcionários do

Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes:

Renato César Ferreira Fernandes (graduação)

Setor de Publicações:

Maria Cimélia Garcia – Maria Aparecida Palma de Lima – Hilda Sigala Pereira

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 – Campinas – SP

Tel. (019) 3521.1604 / 3521.1603 – Fax: (019) 3521.1589

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

Capa – Composição e Diagramação – Revisão – Impressão
IFCH/UNICAMP

POLÍTICA E ESTRATÉGIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Shiguenoli Miyamoto
*Alessandro Shimabukuro*¹

Introdução

Geograficamente, o Brasil tem indicadores extremamente favoráveis: grande extensão territorial com 8.5 milhões de quilômetros quadrados, ocupando metade da América do Sul; população em torno de 50% dos habitantes sul-americanos; 15 mil km de fronteiras terrestres, limitando-se com 10 países da região (exceto Chile e Equador); 7.500 de linhas costeiras, e um mar territorial com uma superfície de 4.5 milhões de km², conforme a resolução da ONU, de abril de 2007.²

O país tem ligações na Bacia do Prata, com os Andes, com a Bacia Amazônica, está próximo ao Caribe e usufrui de extensa faixa litorânea no Atlântico Sul; clima temperado no sul e tropical na maior parte do território.

Com todos esses fatores, não é de se estranhar que os formuladores de políticas públicas (dentre as quais se incluem as relacionadas com

¹ *Shiguenoli Miyamoto* – Livre-Docente e Professor Titular em Relações Internacionais e Política Comparada, Departamento de Ciência Política/IFCH, Universidade Estadual de Campinas/Brasil. *Alessandro Shimabukuro* – bacharel e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Campinas (Programa San Tiago Dantas). Este texto contou com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida ao primeiro autor. Email: shiguenoli@gmail.com.

² Dados oficiais sobre o Brasil podem ser obtidos na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.ibge.gov.br>.

aspectos externos e estratégicos), como os governantes e setores diversos da sociedade (como os militares, diplomatas, juristas, meio acadêmico, jornalistas, etc.) tenham pensado sempre no papel reservado para um país com tais características. Ao longo do tempo, um dos pensamentos mais comuns foi vislumbrar o Brasil como líder regional no subcontinente sul-americano, mas com condições de aspirar status maior no sistema internacional.

Tradicionalmente os responsáveis pela formulação e implementação da política externa do país estiveram aquartelados no Ministério das Relações Exteriores, mais conhecido como Palácio Itamaraty. Esta é, sem qualquer dúvida, a instância mais representativa do Brasil, no que diz respeito à proteção e defesa dos interesses nacionais com os demais vizinhos e nações, seja em termos bilaterais quanto multilaterais.³ No entanto, sempre houve, simultaneamente, pelo menos mais dois loci importantes que ajudam a definir e a implementar a política externa brasileira: os militares e os economistas.

Dependendo das conjunturas, houve momentos em que uma das três instâncias ocupou espaço mais privilegiado como lócus decisório de formulação da política externa nacional. Sobretudo nos meios castrenses, entre alguns representantes do Ministério das Relações Exteriores, e em agências do planejamento governamental, podem ser encontrados aqueles que percebem o papel do Brasil nos cenários regional e internacional, levando em conta sobretudo as variáveis estratégico-militares, sob prisma geopolítico.

³ Existem trabalhos que tratam especificamente do Ministério das Relações Exteriores. Cf. Zairo Borges CHEIBUB – *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, IUPERJ, 1984; Flávio Mendes de OLIVEIRA CASTRO – *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

Um traço comum parece unificar tais pensadores, ainda que de vertentes teóricas e formações distintas, que é o de projetar o Brasil como grande potência mundial, nos moldes que empresta tal designação, autores que vão de Napoleão Bonaparte a Antônio Gramsci, passando por Aléxis de Tocqueville.⁴ Cada um desses levantou aspectos que definem o que seja grande potência, incluindo os tradicionais fatores de poder do Estado, com variáveis tangíveis e intangíveis, com elementos mensuráveis como o tamanho do território, as forças armadas, a população, os recursos naturais, até os aspectos culturais que abrangem a língua comum, a unidade nacional, a estabilidade das instituições, etc., e que Renouvin e Duroselle chamam de “forças profundas”.⁵

No país há um número apreciável de autores que pensaram o Brasil Grande, propondo modelos políticos e os caminhos que deveriam ser percorridos na busca de tal intento. A partir do próximo parágrafo vamos nos concentrar nessas questões.

1. Bases do pensamento geopolítico brasileiro

Comparado com a maior parte do mundo, o Brasil tem posição *sui generis*. Apesar de não se localizar, nem fazer parte dos locais onde “fervilhavam cultura”, nem de estar diretamente ligado a influenciadores da cultura mundial, o país foi um dos primeiros que passaram a discutir

⁴ Desses autores ver Aléxis de TOCQUEVILLE – *A Democracia na América*, 2ª ed. Belo Horizonte/ao Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 315-316; Antonio GRAMSCI – *Maquiavel a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 191-193. Em 1804 em correspondência ao rei da Prússia Napoleão Bonaparte dizia que “La politique des États est dans leur géographie”. Apud Jean BRUNHES & Camille VALLAUX – *La géographie de l'Histoire (Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer)*. Paris: Felix Alcan, 1921, p. 25.

⁵ P. RENOUVIN & J.B. DUROSELLE – *Introdução a História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

e produzir textos sobre geopolítica, no sentido em que entendemos tal área de estudos. Desde os anos 20 do século passado se começou a divulgar livros e ensaios, discorrendo sobre a necessidade de resolver as mazelas que grassavam em todos os meios, como também se tratou, desde o início, do papel a ser exercido pelo país, apoiado em suas diversas características geográficas, no cenário regional e mesmo mundial.

Fato curioso é que tais preocupações começaram a tomar corpo e adquirir solidez teórica logo após o término da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil já reivindicava vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da Liga das Nações. Como tal objetivo não foi alcançado, o governo do Rio de Janeiro (Capital Federal naquela altura) desligou-se da Sociedade das Nações em 1926.⁶ Como se verá, ao longo deste texto, ainda hoje, quatro gerações depois, o assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas é uma das reivindicações mais presentes da política externa brasileira.

Naqueles anos, ainda em 1919, Elysio de Carvalho já dizia a que vinha, e sugeria como pensar o Brasil, e qual o papel da geografia na definição das políticas nacionais. Antes dessa obra, contudo, já manifestava sobre o Brasil Grande.⁷

Nas décadas de 1920 a 1950, dois grandes autores ocuparam espaço apreciável na geopolítica brasileira, seja fazendo discussões teóricas, seja apresentando medidas concretas para fazer a redivisão territorial do país, considerada desequilibrada porque unidades federativas

⁶ Sobre o papel desempenhado pelo Brasil junto a essa instituição, ver os textos de Eugênio Vargas GARCIA – *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*, Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/FUNAG, 2000; Norma BREDAS DOS SANTOS – *Le Brésil et la Société des Nations (1920-1926)*. Gêneze: Thèse/Université de Gêneze-Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1996.

⁷ Desse autor, pioneiro da geopolítica no Brasil, consultar : Elysio de CARVALHO – *Brasil potência mundial – Inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil*. Rio de Janeiro: S.A. Monitor Mercantil, 1919; *O factor geographico na politica brasileira*. Rio de Janeiro: S.A. Monitor Mercantil, 1921.

de apenas algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados faziam companhia a outras de mais de um milhão de quilômetros quadrados.⁸ Ou seja, este era um problema não apenas administrativo e político, mas com implicações geográficas, que deveria ser o mais brevemente possível equacionado, para “equilibrar a federação”.

Desde o começo os estudiosos da geopolítica não se preocuparam tão somente com as dimensões territoriais e as fronteiras brasileiras, mas acharam-se igualmente voltados para o próprio tema da organização nacional e com o (mau) funcionamento das diversas instituições políticas. Esta será uma constante na evolução da geopolítica brasileira, respaldando-se em autores do pensamento autoritário nacional, como Alberto Torres e Oliveira Vianna.⁹

Ao contrário de seus vizinhos, o Brasil sempre se apresentou com propostas práticas para que o país pudesse alçar no cenário mundial, não se satisfazendo em adotar ou manter apenas posturas reativas frente as políticas implementada pelos seus vizinhos, comportamento adotado pela Argentina. No Brasil, a geopolítica sempre foi pensada como uma teoria do poder. Isto fica muito claro na literatura nacional desde os seus inícios.

Era Everardo Backheuser com nítidas influências de Rudolf Kjellén e Frederich Ratzel, apesar de só reconhecer as do primeiro, que discorria sobre a necessidade de se redividir o territorial nacional, defendia um governo forte e centralizado, e sugeria que se deveria mesclar a população brasileira – indolente por se localizar nos trópicos – com

⁸ Everardo BACKHEUSER foi quem propôs uma nova redivisão territorial, enquanto Mário TRAVASSOS pensou geopoliticamente o Brasil no espaço regional sulamericano. Consultar Everardo BACKHEUSER – *Problemas do Brasil – Estrutura geopolítica*. Rio de Janeiro; Grupo Omnia, 1933; Mário TRAVASSOS – *Projeção Continental do Brasil*, 4ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

⁹ Veja-se por exemplo, Alberto TORRES – *Organização Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

migrantes oriundos do Mediterrâneo temperado. Momento houve em que teve necessidade de defender-se, como ocorreu nos 30 e 40, para desfazer dúvidas de que seria admirador e seguidor de Ratzel, ou que tivesse simpatias pela política expansionista do Terceiro Reich. Foi inclusive essa estreita vinculação da geopolítica com Karl Haushoffer, e o ocorrido no pré II Guerra Mundial, que fez com que no Brasil a geopolítica e seus estudiosos fossem estigmatizados, e durante longo tempo permanecessem ocupando os restritos espaços dos institutos militares, nos departamentos envolvidos com o planejamento estratégico, pensado em moldes estritamente castrenses.

O capitão Mário Travassos desempenhou papel importante e privilegiado ao lado de Everardo Backheuser, nos primórdios da geopolítica brasileira. Sua proposta era ambiciosa e tratava da projeção do Brasil no continente. Era uma análise geopolítica por excelência, onde abordava com propriedade as características geográficas sul-americanas, analisando o que denominava de antagonismos geográficos da região: de um lado opunha o Oceano Atlântico ao Pacífico, e, de outro, as Bacias Amazônica e Platina. No meio desses antagonismos, em pleno território boliviano, localizava-se a região-chave do continente, o coração sul-americano, nos mesmos moldes do grande heartland proposto por sir Halford Mackinder em 1904 na Royal Geographical Society de Londres.¹⁰ O domínio do triângulo Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra tornava-se, portanto, vital, para quem quisesse ou tivesse aspirações mais ambiciosas.

Interpretando corretamente ou não os anseios de Travassos, o certo é que a Bolívia sempre esteve nos cálculos dos estrategistas brasileiros, merecendo especial atenção em todo o tempo. Tanto por suas

¹⁰ De Halford MACKINDER, conferir – *Democratic Ideals and Reality*. 2ª ed. New York: The Norton Library, 1962. Não vamos aqui mencionar a bibliografia sobre a geopolítica mundial, porque se trata de literatura conhecida por todos aqueles que se debruçaram sobre o tema. Apenas serão feitas referências sobre os autores.

riquezas gasíferas, como para mantê-lo próximo, nos anos 60 o governo brasileiro cedeu à nação boliviana uma saída para o Oceano Atlântico, através do porto de Santos, no estado de São Paulo. Como se pode lembrar, a Bolívia perdeu seu acesso marítimo na Guerra do Pacífico (1864-1870), convertendo-se, desde então, em um país mediterrâneo, enclausurado como prisioneiro geopolítico no centro do continente sul-americano.

Apesar de ter uma produção quantitativamente mais reduzida do que Everardo Backheuser, Mário Travassos vai constituir com seus parceiros do futuro, o quarteto mais significativo do pensamento brasileiro, juntamente com os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos e a professora e geógrafa Therezinha de Castro.¹¹

O que diferencia esses autores de pensadores outros, é que nos escritos desse quarteto encontram-se as propostas efetivas tanto de interiorização e integração nacionais, como também da projeção do país nos âmbitos regional e global, enquanto Backheuser, por exemplo, estava mais voltado para a análise da dinâmica interna, da estrutura política do Brasil.

Alguns temas também fizeram parte permanente da agenda dos geopolíticos, além dos já citados: a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o hinterland brasileiro, o que acabou se concretizando com a construção de Brasília no final da década de 1950, situada a mais de um milhar de quilômetros de distância do mar. Essa, na verdade já era uma aspiração antiga, e que faz parte das sugestões de outros pensadores e políticos, pelo menos desde os finais do século XVIII, quando José Bonifácio advogava tal proposta em 1793, inclusive apresentando o nome que foi adotado para a futura Capital Federal: Brasília.

¹¹ Uma análise sobre esses autores pode ser encontrada em Jorge Manuel Costa FREITAS – *A Escola geopolítica brasileira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999. Ver, também, Carlos de MEIRA MATTOS – “A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos”, *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano XVII (39):58-82, 2000.

Fronteiras o mais distante possível também foi item constante da política nacional, mesmo antes desses autores, e quando a própria terminologia “geopolítica” não havia ainda sido cunhada por Rudolf Kjellen em 1899 em artigo publicado na revista sueca *Ymmer*.

O avanço das fronteiras em direção ao Sul, e sempre rumando para Oeste, rompendo o Tratado de Tordesilhas de 1494, foi uma constante, até a aquisição do estado do Acre, comprado da Bolívia, no início do século XX, quando o Estado brasileiro adquiriu seu contorno geográfico atual.

Foi essa contínua marcha para oeste que ainda hoje desperta desconfiânças dos países vizinhos, quando o governo brasileiro toma iniciativas mais consistentes, ora para ocupar e preencher definitivamente seu território, ora na implementação de políticas vigorosas como o Programa Calha Norte, anunciado em meados da década de 1980.

Há que se fazer aqui claras distinções. Uma delas é que a produção geopolítica, na maior parte das vezes, foi gestada fora das instâncias governamentais, oficialmente. Isto não impediu, entretanto, que coincidentemente, autores significativos tenham saído justamente da Escola Superior de Guerra (ESG), diretamente vinculada ao Estado-Maior das Forças Armadas. Nesse caso, a ESG era o grande laboratório responsável pela elaboração de um pensamento estratégico, mas dentro do contexto da Guerra Fria.¹² Por isso mesmo, fora criada em 1949, inspirando-se nos moldes do National War College norte-americano, com duas finalidades: elaborar um pensamento estratégico, e formar uma elite nacional que estivesse preparada para implementar tal projeto quando se tornasse possível. Foi dessa instituição que saíram os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

¹² A trajetória da instituição pode ser encontrada em Antonio ARRUDA – *ESG – história de sua doutrina*. São Paulo: Edições GRD/INL/MEC, 1980.

A segunda característica que deve ser apontada é que nem sempre as políticas implementadas no plano federal obedeceram critérios geopolíticos. Na realidade isto raramente aconteceu, apoiada nos conceitos estruturados pela Escola Superior de Guerra.

O preenchimento dos espaços vazios, mormente a partir do centro do país, a segurança nacional, o mundo pautado em relações hobbesianas, estão no centro do pensamento golberyano em textos redigidos no início e final dos anos 50, divulgados inicialmente em 1957 nos *Aspectos geopolíticos brasileiros*. Com outros escritos dos anos 60 foi republicado em 1967, quando o estamento militar já se encontrava montado no poder há três anos.¹³

No período que vai dos anos 20 até o golpe militar em 1964 foram criadas, portanto, as bases do pensamento geopolítico nacional. De um lado, definiram-se os temas da agenda brasileira; de outro moldaram-se os conceitos teóricos, sofrendo influências tanto internas quanto externas. No que diz respeito aos temas, pode-se fazer uma divisão em três grandes linhas: a primeira diz respeito a discussão dos conceitos da forma como foram apresentadas por Ratzel e Kjellén, principalmente. Os outros autores, ainda que fossem objeto de interesse, já que elaboraram suas próprias teorias sempre ocuparam papel menor, entre os quais podem ser mencionados desde Alfred Thayer Mahan, Nicholas John Spykman, A. P. Seversky. Halford Mackinder e Karl Haushoffer tiveram seus espaços nas discussões nacionais, mais o primeiro que o segundo, em função dos vínculos desse com as políticas do nacional-socialismo alemão. A segunda se refere às discussões sobre a estrutura geopolítica

¹³ Há várias edições dos escritos do general Golbery do Couto e Silva. A primeira foi publicada em 1957 pela Biblioteca do Exército Editora: *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Depois foi relançada com o título de *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Editora, 1967. A terceira edição incorporou a palestra feita na Escola Superior de Guerra em 1980: *Conjuntura política nacional – O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1981.

brasileira strito sensu, ou seja, debatendo quais as políticas e o que deveria ser realizado para sanar os problemas nacionais, entre os quais se colocavam ressalvas sobre o precário funcionamento das instituições como a própria organização nacional, para se unificar e integrar o país nos dois sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste, fazendo com que se tornasse uma massa terrestre mais uniforme cultural, política, econômica e demograficamente.

Por isso, adquirem especial força, assuntos como a redivisão territorial, meios de comunicação viários, a mudança da Capital Federal, a questão demográfica e o fortalecimento das fronteiras. Tudo isto tinha como objetivo tornar o país sólido em todos os níveis. A última diz respeito à própria projeção do país inicialmente no cenário regional, adquirindo amplitude a partir dos anos 60, ainda que eventualmente isto já fosse colocado mesmo no início da década de 1920.

Em um segundo nível as influências sofridas pelos autores, para elaboração de suas propostas, podem ser igualmente divididas em internas e externas. No plano doméstico, em grande parte dos casos, a geopolítica não foi pensada isoladamente, levando em conta apenas suas características geográficas, as capacidades que o país tem e que poderiam ser melhor aproveitadas. Para isso, se fazia necessário, contudo, outro elemento: um governo competente, instituições sólidas e sobretudo um modelo político centralizado, portanto apoiado em concepções autoritárias.

A percepção de quem pensou os problemas nesses anos, sob esse prisma, era a de que se tornava impossível elaborar toda uma base conceitual e teórica, sem que houvesse possibilidade de implementá-lo através de políticas fortes. E isto só poderia ser realizado com governos igualmente fortes, já que as instituições como o próprio Legislativo padeciam de correta interpretação de seus verdadeiros papéis para a construção do Brasil, uma vez que pensavam em seus exclusivos interesses, e não nos da nação, verdadeiramente falando. Daí o uso de autores clássicos do pensamento político brasileiro, que servem de

arcabouço teórico para suas teorias e elucubrações, entre os quais Francisco Campos e Azevedo Amaral além dos já mencionados Oliveira Vianna e Alberto Torres. São essas concepções, e nesse contexto, que a Escola Superior de Guerra vai produzir toda a sua produção intelectual.

As influências externas são visíveis, tanto dos próprios geopolíticos tradicionais, já anteriormente citados, como, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Peso acentuado vai ser sentido através das contribuições das concepções norte-americanas, cujo país seria alvo de especial curiosidade e admiração pelo fato de terem surgido no pós-conflito como a grande potência industrial e militar do mundo.

Por isso, os combatentes nacionais que lutaram em campos da Itália (pracinhas ou febianos) viajaram aos Estados Unidos, trazendo depois o modelo que implantaram para a criação da ESG, utilizando os mesmos conceitos lá utilizados, como o poder nacional, objetivos nacionais permanentes e atuais, segurança nacional, e o modelo de planejamento estratégico, como se encontra formulado em obra igualmente importante de Golbery do Couto e Silva.¹⁴

A produção dos componentes dessa instituição é quantitativamente apreciável, seja através de sua revista Segurança e Desenvolvimento (criada em 1951), seja através dos trabalhos realizados às centenas (desde a fundação da ESG em 1949), até a produção individual de seus membros, como Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Juarez Távora e dezenas de outros, divulgados em revistas militares como *A Defesa Nacional*.

Foi a mescla de tudo isto que, ao longo de duas gerações, acabou solidificando e criando um forte pensamento nacional cujo objetivo principal era claro: projetar o Brasil no cenário global, ocupando o lugar

¹⁴ Cf. VISAIO – “1922-1972 – a longa marcha”, *Visão* (17), 3 de julho de 1972; Golbery do COUTO E SILVA – *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1955.

que, consideravam por direito deveria caber a este país continental, um dos maiores do mundo.

2. O regime militar, a geopolítica e o Brasil Potência

Quando ocorreu o golpe militar em 1964, esse arcabouço teórico e prático já estava todo preparado. Faltava uma oportunidade para implementar essas idéias. E foi o que ocorreu, pelo menos em parte. Na realidade são incorretas as interpretações vigentes, por exemplo, em grande parte da América Latina, que creditam todas as políticas governamentais do período, exclusivamente, às influências esguianas ou estratégico-militares. De um lado, o fato de o estamento militar ter ascendido ao poder levou a que se identificassem nas políticas públicas, inspirações geopolíticas. Em segundo lugar, que a própria ascensão das Forças Armadas ao aparelho de Estado tinha sido já planejada para a durabilidade que teve, de duas décadas. Há necessidade, portanto, de que algumas observações sejam feitas.

Quando o presidente João Belchior Marques Goulart foi apeado do poder em 1º de abril de 1964, e o marechal Humberto de Alencar Castello Branco colocado em seu lugar duas semanas depois, a edição do primeiro Ato Institucional (que não tinha número, porque pretendia ser único), estabelecia claramente a durabilidade do novo governo: 31 de Janeiro de 1966.¹⁵

O resultado desfavorável obtido pelo governo nas eleições de 1965, trouxe, contudo, efeitos inesperados, ao lado de outros fatores. O primeiro é que aqueles que haviam assumido o poder não encontravam justificativas, nem se encontravam motivados para, depois de terem feito o movimento de março/abril de 1964, devolver o poder para os

¹⁵ Cf. Senado Federal – “Ato Institucional”, *Legislação Constitucional e Complementar*. Brasília: Divisão de Edições Técnicas do Senado Federal, 1972, p. 89-92.

mesmos grupos que tinham sido destituídos, só por causa dos resultados eleitorais que não correspondiam, agora, aos seus desejos. Em segundo lugar, as ambições do Ministro da Guerra, marechal Arthur da Costa e Silva que desejava, igualmente, ser o sucessor de Castello Branco.

Principalmente para dar conta dessas diferenças de interpretação sobre os rumos da chamada “revolução”, e, para evitar clivagens internas mais fortes, editou-se, logo após os resultados das eleições, em 27 de outubro de 1965 o Ato Institucional nº 2, estabelecendo as regras para a eleição do presidente e prorrogando o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, tornando, a partir daquele momento, indefinido o período de intervenção. Simultaneamente, extinguiu-se o sistema multipartidário vigente, estabelecendo novas regras para a constituição de outras legendas, terminando por aglutinar através dos Atos Complementares (AC nº 4, de 20 de novembro de 1965; e AC nº 6, de 3 de janeiro de 1966) os 13 partidos (criados no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1946), em apenas duas siglas provisórias denominadas Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁶. Pouco depois criou-se o artifício das sublegendas possibilitando que cada sigla pudesse ter três subdivisões, o que na prática configurava um sistema partidário de seis agremiações.

Outra observação necessária diz respeito aos grupos no poder. Em primeiro lugar, os presidentes-militares que ocuparam o cargo eram de tendências diferentes. De um lado, os considerados mais intelectualizados, e de tendências moderadas, como Castello Branco e Ernesto Geisel, ligados à Escola Superior de Guerra. De outro, os ligados à comunidade de informação, o Sistema Nacional de Informação (SNI), como Emílio Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo que, juntos com Arthur da Costa e Silva (este não pertencente ao mesmo grupo),

¹⁶ Cf. Senado Federal – “Ato Institucional nº 2”, idem, p. 92-101. Dos 14 partidos criados em 1946, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi cassado em 1947 pelo governo de Eurico Gaspar Dutra, durante a vigência do clima de guerra fria.

eram identificados como da “linha dura”, em oposição ao primeiro grupo.¹⁷

Assim, o fato de terem origens distintas, pertencerem a tendências nem sempre coincidentes, as Forças Armadas apenas concordavam com o fato de que a partir daquele momento o regime iria durar o tempo que fosse necessário, e que a mudança institucional teria que obedecer as regras do jogo, ou seja via processo eleitoral, e não através de rupturas mais bruscas. Foi exatamente isto que ocorreu em 1985, apesar dos sobressaltos durante essa longa trajetória dos militares no poder, quando grupos insatisfeitos com a forma como os rumos estavam sendo conduzidos em determinados momentos, procuraram alterar as regras do jogo.

De formas distintas se procurou fazer o país ascender internacionalmente. O fato principal contudo, é que efetivamente a geopolítica como foi pensada nos anos anteriores ao golpe pouco foi útil, porque as diferenças entre os grupos militares fizeram com que a política externa e a condução da política econômica fossem capitaneadas por economistas que pensavam o planejamento das políticas públicas quase que exclusivamente sob o viés de custos e benefícios, preocupando-se mais com medidas técnicas, negligenciando a vertente política e inclusive estratégica.

Assim, no governo de Castello Branco, houve uma aproximação mais forte com os Estados Unidos, do que com os demais países do mundo, em função da própria motivação que os levava ao poder. Mas isto não significava um alinhamento automático como se costuma

¹⁷ Existe boa bibliografia sobre o período militar, abordando as clivagens existentes dentro do estamento ou a sucessão presidencial. Ver, por exemplo, João Roberto MARTINS FILHO – *O Palácio e a caserna*, São Carlos/SP: Editora da UFSCar, 1995; Aspásia CAMARGO e Walder de GOES – *O drama da sucessão e a crise do regime*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

ênfatizar. O que Castello Branco dissera em alto e bom som é que em assuntos globais, não havia como rejeitar a liderança norte-americana, mas isto, por outro lado, não significava dizer que o país deveria se submeter aos interesses desse, nem fazer as distinções de seus interesses específicos. Isto foi claramente sinalizado quando compareceu à formatura dos jovens diplomatas, no Itamaraty, em 31 de julho de 1964.

Naquela oportunidade ênfatizou que foi dentro dessa concepção chamada de teoria dos círculos concêntricos, privilegiando a segurança coletiva, hemisférica, dentro do âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que não apenas aceitou, mas comandou a Brigada Latinoamericana que interveio na República Dominicana em 1965, a mando da Organização dos Estados Americanos.¹⁸

Sob esse mesmo prisma recusou a atender pedido de Lyndon Baines Johnson para fazer parte das tropas que interferiram no Vietnã, entendendo tal política como própria de uma grande potência que tem interesses próprios, de defesa do mundo ocidental, mas que, naquele momento, não coincidia com os interesses e os espaços de atuação da política brasileira.

A influência esguiana se deu, nesse período, em algumas frentes. A adoção dos conceitos e da metodologia da ESG, divulgada em seus estudos e *Manual Básico*, serviram de instrumento para pensar o curto período em que Castello Branco esteve a frente do governo. Número expressivo de representantes dessa instituição também pode ser observado na composição ministerial e de outras agências governamentais secundárias. A idéia de segurança hemisférica, de proteção do país e do continente frente às ameaças do bloco soviético, fazem, igualmente, parte das elucubrações esguianas, feitas por seus representantes civis e militares que, desde os anos 50 pensavam esses problemas.

¹⁸ Cf. discurso de Humberto de Alencar Castello Branco em 31 de julho de 1964: Ministério das Relações Exteriores – *A política exterior da Revolução Brasileira*, Brasília: MRE/Seção de Publicações, 1966, sem numeração de páginas.

Da mesma forma, a criação do *Serviço Nacional de Informações* (SNI) se fazia necessário, porque inviável se tornaria um país que não pudesse contar com um mínimo de informações adequadas internas e externas para pensar suas políticas.¹⁹ É o que estava descrito na obra *Planejamento Estratégico*, de Golbery do Couto e Silva, divulgada dez anos antes.

O restante das políticas públicas inscrevia-se dentro da racionalidade administrativa e de inserção no bloco a que deveria pertencer, no caso, os Estados Unidos, eliminando segundo eles os erros verificados na administração anterior, de João Goulart.

Nesse sentido, a criação do Banco Central substituindo a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a concentração do sistema financeiro fundindo-se bancos, e a reforma administrativa de 1967 através do Decreto-Lei nº 200 serviriam para modernizar o Estado e oferecer as condições necessárias para colocar a casa em ordem.²⁰ Certamente durante todo o ciclo militar esse foi o único governo influenciado, e que teve em seus quadros elementos diretamente identificados com o pensamento esguiano, entre os quais o próprio Golbery, Meira Mattos, Juarez Távora e o general Ernesto Geisel.

A lógica do conflito Leste-Oeste, contudo, não moveu a política de Costa e Silva que preferiu entender as relações internacionais, não naquele sentido, mas no eixo Norte-Sul. Eram as desigualdades entre os países ricos e em desenvolvimento que se encontravam no cerne das preocupações do segundo governo, que pensava a segurança em termos

¹⁹ Sobre os serviços de inteligência brasileira ver: Ana LAGOA – *SNI como nasceu como funciona*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983; Priscila Carlos Brandão ANTUNES . *SNI e ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

²⁰ Cf. SENADO FEDERAL – *Reforma Administrativa – Organização da Administração Federal – Decreto-Lei 200/67*. Texto atualizado e anotado, 4ª. Ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1984.

econômicos, nos moldes em que imaginava Robert McNamara, mas não sob a ótica conflitiva que contrapunha a Casa Branca ao Kremlin.²¹

Assim, recusou-se a aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, porque entendia ser a energia nuclear um elemento que propiciaria um salto qualitativo ao país, opondo-se ao domínio das grandes potências, ainda que tivesse em sua vanguarda os Estados Unidos.

Em função de políticas não coincidentes com Washington, erroneamente chegou-se mesmo a creditar tendências esquerdistas ao governo Costa e Silva, quando na realidade, suas concepções caminhavam em sentido diametralmente oposto, implementando o que se convencionou chamar diplomacia da prosperidade.

Ao mesmo tempo que no plano externo o país focalizava suas atenções nas questões relacionadas com o desenvolvimento, daí suas divergências com os Estados Unidos, no âmbito interno processou-se o fechamento das relações Estado-Sociedade, editando-se o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, restringindo-se completamente as liberdades democráticas.

Coincidentemente os dois primeiros governos do ciclo militar foram temporalmente reduzidos, durando apenas 4 anos. Após a doença que culminou com a morte de Costa e Silva, tendo sido inicialmente substituído por uma Junta Militar, o general Emilio Garrastazu Médici, então chefe do Serviço Nacional de Informações, ascendeu à chefia do governo na virada dos anos 60 para os 70.

As fronteiras ideológicas e o Brasil Potência foram duas fortes marcas que caracterizaram a atuação do país até meados dos anos 70. Até então tais questões não se colocaram, ainda que todos tivessem como

²¹ Sobre a idéia de segurança envolvendo outras variáveis além da estritamente militar ver o livro de Robert McNAMARA – *A essência da segurança*. São Paulo: IBRASA, 1968.

elemento norteador da conduta governamental o anticomunismo. Por isso, a teoria do cerco gestada pelo *establishment* foi colocada em prática.

Pode-se verificar este tipo de atuação, em pelo menos três casos. No Uruguai, por ocasião das eleições presidenciais em 1971, quando um dos candidatos Líber Seregni foi o representante da Frente Ampla. A possibilidade de vitória desse candidato colocou em prontidão as Forças Armadas, que se mobilizaram em torno da Operação Trinta Horas. Nessa oportunidade, a vitória do candidato significaria a entrada e ocupação do território uruguaio em trinta hora, por via terrestre. A contribuição do governo brasileiro para a derrubada do presidente Juan José Torres Gonzáles, também em 1971, e a ascensão de Hugo Banzer teve o dedo do governo brasileiro.²² Como mostram as denúncias, semanas antes, representantes do regime estiveram na Bolívia, inclusive cedendo material bélico para fazer frente a qualquer problema que se verificasse. No último caso, mesmo longe de suas fronteiras, a contribuição do regime militar foi sentida na queda do presidente chileno Salvador Allende em setembro de 1973.

Prevaleceu naqueles anos a idéia de que todos os governos que pudessem de alguma forma contribuir para desestabilizar a região, colocando em risco o regime brasileiro, teriam portanto que ser neutralizados. Certamente que, além das considerações no plano político e ideológico, foram levados na devida conta os aspectos geopolíticos envolvidos com uma possível pressão externa sobre as fronteiras nacionais.

No contexto mais amplo das políticas nacionais, a idéia de projeção internacional do país, ocupando espaço de primeiro plano no contexto global, foi a ambição maior mostrada pelos responsáveis pelo

²² Cf. Ruth NEEDLEMAN – “Bolívia, Brazil’s geopolitical prisoner”, *NACLA’S Latin America & Empire Report*, VIII (2): february 1974, p. 24-26; Coronel Dickson M. GRAEL – *Aventura corrupção e terrorismo – À sombra da impunidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

aparelho de Estado. Assim, no *Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo*, estabeleceu-se claramente que o país deveria converter-se em Grande Potência em prazo relativamente curto, e, para isso, políticas vigorosas de crescimento econômico foram implementadas.²³ Para que tal ocorresse, lançou-se mão de recursos externos que propiciaram altos índices de crescimento nos anos que vão de 1969 a 1973, sobretudo pela liderança do então super ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto. A construção de grandes obras como a Transamazônica, planos de erradicação do analfabetismo, aliados à intensa propaganda, auxiliada pela conquista da Copa do Mundo em 1970 fizeram com que o país passasse por aparente fase de tranquilidade que era assegurada pela repressão do Ato Institucional nº 5.

Data desse período, igualmente, o estabelecimento das 200 milhas marítimas, ao mesmo tempo que, em foros internacionais, o Brasil denunciava a tentativa de fazer com que não tivesse acesso à tecnologia nuclear. Foi o que fez, por exemplo, o ex-embaixador Araújo Castro que discorreu sobre o congelamento do poder mundial que dividiria o mundo em duas categorias: aqueles maduros, adultos, responsáveis e já detentores de tal tecnologia, enquanto de outro lado se situariam aqueles considerados imaturos, irresponsáveis, e que não poderiam, destarte, ter acesso à tecnologia nuclear porque não se saberia que tipo de uso fariam os mesmos.

A política de interiorização se fez tanto pelos grandes projetos, quanto pela orientação rumo à Amazônia e pelos Projetos RADAM (Radar da Amazônia) e Rondon. Pelo primeiro, fez-se todo um mapeamento das reservas minerais do país, enquanto pelo segundo mobilizaram-se os estudantes universitários para “conhecer as realidades nacionais”.

Não era entretanto assim que pensavam setores da sociedade brasileira que, ao não aceitarem o regime de exceção vigente, utilizaram

²³ Cf. Presidência da República – *Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo*, Brasília: Presidência da República, Nova impressão, janeiro de 1971, p. 15.

formas de atuação não convencionais, por exemplo, através de movimentos de guerrilhas, seqüestros e assaltos a bancos, mas que foram fortemente reprimidos. Essa atuação que mostrou forte contraposição ao regime militar deu-se sobretudo nesse período, o que motivou, como consequência, alterações profundas que caracterizaram o restante do período militar.

A atuação forte do governo Médici, com uso ostensivo da repressão, ainda que escorado pelo AI 5, não encontrou unanimidade dentro da corporação militar, porque desavenças acentuadas passaram a verificar-se. Como resultado, grupos mais moderados que defendiam políticas mais brandas, conseguiram indicar o general Ernesto Geisel para o período seguinte.

Sob o mandato de Geisel, alterações marcantes foram introduzidas. A primeira delas é que elementos ideológicos não seriam mais considerados na formulação das políticas públicas, tanto no plano interno quanto externo. Outras mudanças, inclusive conceituais, foram igualmente, apresentadas. Uma delas, a política do pragmatismo responsável, passaria a ver o mundo não através da lente do conflito Leste-Oeste, mas por intermédio dos interesses nacionais dentro de uma postura de riscos calculados.

Por isso, em 1975 o governo brasileiro reconheceu os regimes de Angola, Moçambique e a China Continental sem questionar seus modelos políticos domésticos. Realizou o Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, esperando a transferência não concretizada da tecnologia nuclear; diversificou as relações externas visitando a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e o Japão, procurando reduzir a dependência e influência dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que tomou pelo menos duas medidas de forte impacto contra esse último: em primeiro lugar, denunciou em 1977 o Acordo Militar que tinha com o governo americano desde 1952.

Na verdade, deve-se considerar a pouca importância naquele momento de tal acordo, porque em 1975 o Brasil tinha já criado seu

próprio parque industrial de guerra com a Indústria de Material Bélico (IMBEL). Além do mais, há anos o acordo não apresentava resultados satisfatórios para o Brasil.²⁴ Simultaneamente não votou seguindo Washington na Organização das Nações Unidas, quando considerou o sionismo como forma de racismo. Isto certamente tinha seus próprios motivos, porque o país tinha que honrar seus compromissos com a dívida externa, e passara pela crise do petróleo em 1973, sobrecarregando sua balança.

Com uma política governamental que não considerava a existência de amigos, mas sim de aliados, e dava importância aos mercados e não à ideologia, certamente não se poderia elaborar suas políticas de inserção sem os devidos cuidados. Por isso, no plano regional tratou de fortalecer-se construindo a barragem de Itaipu, ainda que isto fosse motivo de fortes divergências com a Argentina.²⁵ No norte, o governo sugeriu a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em março de 1977, com sete países da região, firmando-o em julho do ano seguinte.²⁶ A resolução do que se chamou contencioso de Itaipu irá contribuir decisivamente para a mudança de posicionamento estratégico no país no continente sul-americano.

A política até então implementada segundo a Doutrina de Segurança Nacional, apoiada no binômio segurança e desenvolvimento sofreu alteração que não se restringiu à pura semântica. No planejamento governamental quando se elaborou o *II Plano Nacional de Desenvolvimento* focalizava-se o desenvolvimento com segurança, e não se falava mais no Brasil Potência mas tratava o país como potência

²⁴ Ver Clóvis BRIGAGÃO – “Cancelamento do Acordo”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, IBRI, XXI (81-84): 103-109, 1º e 2º semestres de 1978.

²⁵ Cf. Christian G. CAUBET – *As grandes manobras de Itaipu*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1991.

²⁶ Cf. Ministério das Relações Exteriores – *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: MRE, 1978.

emergente.²⁷ A população, que no governo anterior de Médici, era visto como elemento importante em termos quantitativos na campanha rumo aos 200 milhões, passou a ser entendida sob outra perspectiva. Daí a política de controle demográfico (planejamento familiar, segundo a ótica governamental), em que se pesavam os custos de uma população com baixo nível educacional, portanto baixa capacidade produtiva, consumindo os recursos tão difíceis de serem obtidos. Prevaleceu, portanto, a concepção neomalthusiana trazendo à linha de frente, inclusive o brigadeiro Valdir Vasconcelos, ministro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

A ocupação cada vez maior do espaço brasileiro, inclusive pressionando as fronteiras vizinhas, não passou impune. Assim, em toda a América Latina produziu-se extensa bibliografia de setores diversos, envolvendo acadêmicos, meio jornalístico, representantes governamentais e estrategistas, denunciando o imperialismo ou sub-brasileiro, de país-chave, de gendarme a serviço dos Estados Unidos. Tais críticas podem ser verificadas principalmente na Argentina através da revista *Estratégia* do instituto dirigido pelo general de reserva Juan Enrique Guglielmelli, que procurava mostrar como as políticas brasileiras obedeciam motivações geopolíticas, apoiadas nas concepções de Golbery, Meira Mattos, Mário Travassos e Therezinha de Castro.

Na realidade, as acusações do general Guglielmelli não faziam sentido, porque o que prevaleceu na política governamental sob Geisel foram cálculos elaborados sob a estrita visão de uso racional dos recursos disponíveis, ocupando e modernizando o país, mesmo que com o avanço das empresas no setor agrário trouxessem como resultado a expulsão do homem do campo, que viriam engrossar o estoque de desempregados nas cidades; ou fazendo com que, por iniciativas próprias, os agricultores brasileiros ultrapassassem as fronteiras nacionais e se instalassem em

²⁷ Cf. Presidência da República – *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: IBGE, 1974.

territorio paraguaio onde tiveram promessas de fácil acesso a créditos e benefícios, que depois lhes foram retirados.

Como resultado, acabaram expulsos do território guarani, retornando ao local de origem em condições altamente desfavoráveis, ficando conhecidos como brasiguaios. O mesmo ocorreu em direção ao Norte, com a corrida maciça de habitantes do sul para o estado de Rondônia, á procura de facilidades que não mais possuíam ou existiam na regio meridional, e, embora adensassem a região demograficamente nao se tratou de imigrações dirigidas, pelo menos da forma como se denunciou na época.

Aliás, não foi só com relação a acontecimentos desse porte que denúncias foram feitas sobre o pretenso imperialismo brasileiro, formulando políticas em função da geopolitica. Os próprios corredores de exportação elaborados na gestão anterior, igualmente foram acusados de serem instrumentos geopolíticos, quando em realidade todo o planejamento foi feito e implementado por técnicos ligados a setores de comunicação que nada conheciam de teorias geopolíticas, nem sequer tinham travado conhecimento da obra de Golbery ou de outros. Tratou-se pura e simplesmente de usar, dentro da racionalidade econômica, dos meios mais eficazes, disponíveis e que pudessem, dentro de uma relação de custos e benefícios, fazer com que a segunda variável fosse privilegiada. Os corredores de exportação, inclusive tem sua conceituação a partir de obra de Jose Barat, e, na maior parte das vezes, para acessar o litoral nada mais fizeram do que seguir as já existentes linhas de circulação, apenas acoplando os sistemas de transportes rodoviário, ferroviário até chegar aos portos.²⁸

Quando questionado sobre a influência da geopolítica na politica externa do governo de seu período, o chanceler Antonio Azeredo da

²⁸ Sob a terminologia ver o texto de Joseh BARAT – “Corredores de transportes e desenvolvimento regional”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 2 (2): 301-338, dezembro de 1972.

Silveira assim se referia ao tema: “este negocio de geopolítica (...) não é a utilizado do espaço para fins estratégicos? (Ela não tem finalidade) porque com o avanço científico o espaço muda de dimensão)”.²⁹

Com a resolução do contencioso de Itaipu, a Bacia do Prata deixou de ser alvo de preocupações em termos de segurança do governo brasileiro. Não tinha mais disputas com o governo argentino, e havia, por outro lado, chegado já às terras geladas da Antártica. Por isso, em função das críticas que há anos se avolumavam sobre as má vontade de Brasília em resolver o problema ambiental, com as queimadas da Amazônia, afetando a fauna, a flora, as populações florestais, contaminando os rios com mercúrio, as atenções dos estrategistas nacionais passaram a orientar-se para o Norte, para as grandes florestas amazônicas.

Além de não haver mais problemas no Sul, motivos outros levaram a que a estratégia brasileira sofresse reorientação. Uma delas diz respeito a ascensão de Desi Bouterse ao governo do Suriname em 1980, enfatizando que tinha simpatias marxistas, e com vontade de realizar acordos com o regime de Fidel Castro. Essa disponibilidade ideológica demonstrada pelo novo líder do Suriname fez com que tanto o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro quanto o secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini, se locomovessem até Paramaribo. O resultado final é que não apenas não se ampliaram os acordos do Suriname com Fidel Castro, como o governo de Bouterse realizou inúmeros acordos com o governo brasileiro. Uma das preocupações seria o receio de que a permanência de Bouterse, com tendências marxistas, pudesse trazer o conflito Leste-Oeste para o Norte do país, uma vez que o governo já sofria pressões em grande escala, seja de governantes de outras nações, como de organizações

²⁹ Cf. MRE – *Resenha de Política Exterior do Brasil* (19): 94-95, 1978.

internacionais (OI) e organizações não-governamentais (ONGs) que passaram a assumir papel crescente a partir dos anos 70.

Foram esses motivos em conjunto que fizeram com que desde então, a Amazônia passasse a ser considerada área prioritária em termos estratégico-militares para o governo brasileiro. Uma das motivações do próprio Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em julho de 1978, demonstra claramente as preocupações com a questão ambiental, o que envolvia, portanto, o problema da soberania, de controle sobre o território amazônico e seus recursos naturais.

O chanceler do último governo militar também se manifestava contrário as tendências geopolíticas, pelo menos retoricamente. Em suas concepções, não se devia utilizar nas relações internacionais doutrinas consideradas espúrias.³⁰

Como se pode perceber, no período militar como um todo, além de um breve período em que se falava na projeção do Brasil em escala mais ampla, convertendo-se em potência mundial, tanto a política externa quanto nas concepções estratégico-militares, deu-se importância primeira ao espaço regional sul-americano, sobretudo no Cone Sul, onde sempre se apresentaram as divergências com seu parceiro maior do continente. Apesar de essas acontecerem com frequência desde o início de ambos como nações independentes, o fim do conflito em torno da hidroelétrica de Itaipu, fez com que o relacionamento regional fosse sensivelmente melhorado, não se falando mais em disputas estratégico-militares. Anos mais tarde, o chanceler Oscar Camilión admitiu que os discursos e a atuação do governo argentino davam-se muito mais pela própria incapacidade demonstrada pela Casa Rosada em fazer frente às iniciativas brasileiras, pelas diferenças de poder efetivas verificadas entre ambas. No caso, dizia ele, as ressalvas com relação a Itaipu eram muito mais

³⁰ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 31.10.1980, p. 14.

pelo fato de que a Argentina não conseguira levar a frente seu projeto de construir, com a mesma eficiência, a barragem de Corpus, daí, inclusive a existência de discursos de que a barragem brasileira seria, na verdade, uma grande bomba d'água que poderia ser utilizada como arma para inundar o território argentino ao longo do Rio Paraná, inclusive cidades como Rosário.

Na realidade, principalmente dos anos que vão desde os finais da década de 1960 até o esgotamento do regime em 1985, o que prevaleceu na conduta brasileira foi a existência de uma postura pragmática, ou universalista que considerava os interesses, e se pautava pelo direito internacional para resolver seus problemas, ou de como via a necessidade de resolução de problemas alheios.

Por isso, permaneceu, pelo menos em parte, equidistante do conflito argentino-britânico em 1982, em torno da posse das ilhas Malvinas. Manteve-se pragmaticamente dúbio, permitindo que aviões britânicos baseassem e se abastecessem em Canoas, no Rio Grande do Sul, por questões humanitárias, segundo dizia na época o ministro da Aeronáutica Delio Jardim de Mattos, enquanto simultaneamente treinava pilotos argentinos. Ao mesmo tempo, advogava a necessidade de se chegar a um bom termo, de acordo com as convenções internacionais. E isto era perfeitamente entendido pelos próprios argentinos, que consideraram impecável a atuação brasileira naquele episódio.³¹

Aliado a este comportamento, e com a mudança do cenário regional, com as transformações de regime dos países sul-americanos, o diálogo prosperou, com ambos os países realizando em 1985 as iniciativas para a efetiva integração através, primeiro, dos protocolos de integração

³¹ Sobre o assunto ver o texto de Letícia PINHEIRO – “A omissão pragmática: a diplomacia brasileira na guerra das Malvinas”. *Política e Estratégia*, São Paulo, Convívio, v.4, n° 4, p. 587-604, out./dez. 1986.

brasileiro-argentinos, aprofundados depois com o surgimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Foi nesse contexto que se encerrou o ciclo militar, observando-se sensível melhoria no relacionamento regional, eliminando-se pelo menos em princípio as críticas e as suspeitas de que o Brasil estaria empenhado em manter políticas que pudessem conduzir a situações de subordinação dos vizinhos à sua esfera de influência. A cooperação e não a competição estratégico-militar passaria desde então a orientar o relacionamento entre o Palácio do Planalto e a Casa Rosada.

3. O Brasil no mundo globalizado

Ao contrário do que se poderia esperar, não foi durante o regime militar que as iniciativas mais marcantes em termos estratégico-militares foram tomadas pelo governo brasileiro.

No período militar, várias políticas foram formuladas para efetivamente manter a segurança do país levando-se em consideração critérios ideológicos sob o manto do contexto Leste-Oeste, para proteger-se, sobretudo, do perigo que poderia advir do outro lado do mundo.

Leve-se, na devida conta, ainda, que havia disputas diversas. Em primeiro lugar, dentro do próprio estamento militar, o que fez com as políticas governamentais jamais seguissem uma visão linear em todo o seu transcurso, daí as influências maiores ou menores de instâncias como a ESG, ou aquelas apoiadas em critérios essencialmente geopolíticos.

Por outro lado, ocorriam choques entre as instâncias de decisão. Nem sempre os diplomatas concordavam com os militares, ainda que esses estivessem no comando do aparato de Estado. Assim, em questões essencialmente políticas ou diplomáticas, o Ministério das Relações Exteriores tinha sua voz nas decisões. Contudo, quando se tratava de problemas fronteiriços, e que envolviam simultaneamente interesses

diplomáticos e militares, esses últimos tinham sua supremacia assegurada, inclusive pelas decisões tomadas no âmbito da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Já, se estivessem envolvidos interesses entre economistas e diplomatas, as decisões favoreciam um dos atores, dependendo do grupo militar que se encontrava no momento comandando os destinos nacionais. Assim, no governo Geisel, os diplomatas tinham sua voz através da política do pragmatismo responsável, enquanto no período Médici, os economistas mantinham nítida vantagem sobre os representantes do Itamaraty.

Isto se dava, fundamentalmente, por se tratar de um período em que os militares podiam dirimir e gerenciar os conflitos internos. O mesmo, contudo, não se poderia dizer de um momento em que as livres forças enfrentavam-se, obedecendo as regras do jogo. Nesse sentido, não causa estranheza o fato de que foi precisamente após se encerrar o período militar, que medidas mais sólidas para proteger efetivamente o território foram tomadas, bem como as mudanças mais consistentes na própria estrutura das Forças Armadas.

3.1.O contexto pós-autoritário

No mesmo ano que se encerrou o ciclo militar, já se divulgava uma das iniciativas mais polemicas tomadas pelo governo, em termos estratégico-militares. Trata-se do projeto formulado em segredo pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, e levado a conhecimento do público, apenas quando documentos foram divulgados por setores outros que não os responsáveis pela elaboração do mesmo. De acordo com a mensagem *Exposição de Motivos* encaminhada pelo secretário geral do CSN, general Rubens Bayma Denys, a conjuntura

dos anos 80 levava a necessidade de se elaborar um plano que visasse a ocupação e proteção efetiva da região amazônica.³²

Entre os problemas citados mencionavam-se a questão indígena, os problemas ambientais, as demandas em torno da criação de um território autônomo para os yanomamis; o contrabando do epadu, as divergências entre a Guiana e a Venezuela em torno da região do Essequibo, além da possibilidade de transposição do conflito Leste-Oeste para o Norte do país, em função da própria política do Caribe.

Sem dúvida alguma essa foi a maior iniciativa tomada até então para a proteção efetiva da região amazônica, para garantir a soberania, reunindo instâncias civis como os Ministério do Interior e Ministério da Saúde, ao lado dos Ministérios militares, ainda que a coordenação do projeto estivesse a cargo de Andrea Calabi, um representante civil e chefe do Tesouro Nacional.

Esse projeto vinha complementar o Tratado de Cooperação Amazônica que não conseguia atender as demandas e resolver os problemas regionais, tanto pela carência de recursos disponíveis para o mesmo, como pela própria falta de vontade política em levar suas atividades a contento.

Motivos como esses levaram o governo brasileiro a agir unilateralmente, para resolver problemas que considerava agudos, e que podiam afetar a segurança nacional. Como se veria depois, o fato de ter sido elaborado em conjuntura difícil dificultou igualmente a consecução do mesmo, fazendo com que estivesse longe de atingir os intentos desejados. As dificuldades advinham não so dos problemas

³² O título do Projeto Calha Norte (PCN) é “Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”. A Exposição de Motivos nº 18/85 foi encaminhada pelo general Denys ao presidente Jose Sarney, e aprovada em 18 de junho de 1985. Cf. Conselho de Segurança Nacional/SG-CSN – EM nº 018/85 e *Projeto Calha Norte*. Brasília: SG/CSN, 1985. Sobre o desenvolvimento atual do PCN ver: https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php.

financeiros decorrentes da crise que abalou nos anos 80, os países do continente, como pelo fato de ter sido gestado e reservadamente, sem a participação efetiva da sociedade, criando nestas reações pelo fato de atingir setores importantes e interessados em toda a área de desenvolvimento do projeto. Entre esses setores podem-se mencionar a própria igreja, movimentos como ONGs de direitos humanos, meio acadêmico como os antropólogos e as dúvidas sobre os reais objetivos do projeto, uma vez que o fato de ter sido mantido em segredo justificaria qualquer reserva, pelo fato de estarmos vivendo um momento de retorno à democracia.

Nesse sentido, o projeto estaria sendo pensado, ainda, sob os mesmos moldes que vigoravam no período militar. De certa forma, essa preocupação governamental acabou antecipando-se aos debates que seriam feitos logo depois com a convocação da Constituinte de 1988. Temas polêmicos como a demarcação das terras indígenas, o problema das reservas naturais, acabaram ganhando espaço considerável sobretudo com a atuação de entidades como o Conselho Indigenista Missionário, organizações não-governamentais nacionais e internacionais que pressionaram de forma vigorosa o deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte.

No mesmo ano a reestruturação do Exército converteu-se, ainda, em elemento importante, porque envolvia a mudança na estrutura dessa força militar em vários sentidos. Em primeiro lugar, a antiga designação existente que dividia essa força em 4 Exércitos, foi substituída por 7 comandos militares. Em segundo lugar, a criação do Comando da Amazônia, especificamente para tratar dos problemas locais, incluindo em sua área, o norte do estado de Tocantins, na zona conhecida como “bico do papagaio”. Este é um fato curioso, porque normalmente a divisão sempre obedeceu critérios em que estados inteiros eram colocados em uma única região militar ou Exército. Nesse caso o bico do papagaio foi colocado sob o Comando da Amazonia, porque era um local de intensos conflitos fundiários, por isso a sua inclusão no CA facilitava a

tomada de decisão, visto que esse abrangia todo o espaço em que ocorriam os conflitos agrários mais agudos, bem como a questão indígena, incluindo a demarcação e criação de um território autônomo para os yanomamis, a questão ambiental e dos recursos minerais. Foi para dar conta de todos esses problemas nessa parte intitulada Amazônia Legal que abrange a maior parte do país, que os olhos dos estrategistas nacionais passaram a privilegiar a partir dos anos 70.³³

Justamente por causa desses problemas e pelo fato de sofrer críticas intensas nacional e internacionalmente, agudizadas pela morte do seringalista Chico Mendes em dezembro de 1988, o governo tomou a iniciativa de chamar para si a responsabilidade e o encargo de realizar a ECO 92, a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMNUMAD).

Se isso acontecia na região Norte, no Cone Sul a situação mostrava-se tranqüila em termos estratégico-militares. Com a Argentina tinha-se assinado os 14 protocolos de integração, aprofundados no início da década de 1980. Na parte Leste, o Brasil tinha proposto e recebido aprovação à sua proposta de criação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACS), reunindo países de ambos os lados do grande lago Atlântico. Nesse último caso, certamente, houve interpretações diferentes, como se pode perceber pelo próprio entendimento que diplomatas e militares brasileiros tinham a respeito desse assunto. Para os militares era necessário fazer as devidas diferenças. Por isso insistiam no fato de que "o conceito de não-militarização da área (a zona de paz no Atlântico Sul) por países a ela estranhos não pode ser

³³ A Amazônia Legal foi instituída em 6 de janeiro de 1953, através da Lei 1.806. Com a Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966 algumas mudanças foram introduzidas, mas que não alteraram o escopo do que seja essa região. Dela fazem parte 9 estados. No total a Amazônia Legal corresponde a 5.2 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, em torno de 61% do território nacional.

confundido com o de desmilitarização, no sentido de redução da capacidade de atuação militar dos países da região”.³⁴

As críticas intensas que eram feitas sobre a Amazônia tinham sua resposta em várias frentes. O presidente da República Jose Sarney bradava, em alto e bom som, dizendo que a Amazônia é soberana e dela não abrimos mão, etc., tanto em declarações isoladas, quanto em foros como os que reuniam os chefes de Estado e governo, ou os chanceleres da Bacia Amazônica. Na reunião dos presidentes dos países da Amazônia, em 1989, o presidente lembrava que “ninguém melhor que nós pode decidir o que cabe fazer ou não na Amazônia”.³⁵

O general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército criticava os grandes países dizendo que esses eram os responsáveis pela emissão de gases que afetavam o meio ambiente, sendo o Brasil responsável por apenas 5 milhões de toneladas anualmente.³⁶ A elaboração do Programa Nossa Natureza seguia nessa direção, estabelecendo como objetivos “conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, estruturar o sistema de proteção ambiental, proteger as comunidades indígenas e disciplinar a ocupação e exploração do território”.³⁷

Quer dizer, tais políticas tinham como intuito principalmente fazer frente as críticas internacionais que começavam a acentuar o discurso

³⁴ Cf. “Itamaraty e militares têm opiniões diferentes”. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, Edição Suplementar, dezembro de 1986, p. 77.

³⁵ Discurso do presidente José Sarney pronunciado em Manaus em 4 de maio de 1989. Cf. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, (61): abril/junho de 1989, p. 25-27.

³⁶ Cf. Leonidas Pires GONÇALVES – *Amazônia ecologia e soberania*. Rio de Janeiro, ESG, maio de 1989.

³⁷ Presidência da República – “Programa Nossa Natureza”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, (61): abril/junho de 1989 p. 17-24; Presidência da República – *Programa Nossa Natureza. Relatório da Comissão Executiva instituída pelo Decreto nº 96.944/88*. Brasília: SADEN, fevereiro de 1989, 81 p.

de que a Amazônia deveria ser entendida como um patrimônio da humanidade, portanto, deveria se aceitar a mudança conceitual de soberania, passando-a para soberania compartilhada ou restrita, como se encontra descrito no próprio relatório coordenado por Gro Harlem Brundtland para a Organização das Nações Unidas, e que levava como título o sugestivo nome de *Nosso futuro comum*.³⁸

Tanto as declarações de François Mitterrand que defendia a idéia de soberania compartilhada sobre a região, como de outras autoridades, serviram de motivações para que atuação fosse dedicada especialmente para a região Norte do Brasil, situação que se mantém inalterável até os dias atuais.

No caso, a atuação governamental tinha uma dupla face. De um lado, adotava-se uma posição defensiva com relação às ressalvas que se faziam sobre as deficiências da política ambiental e da política dirigida para a Amazônia. De outro lado, partiu-se para a ofensiva criando políticas vigorosas, protegendo essa parte do país, ainda que parcialmente, em função das dificuldades próprias das selvas amazônicas. Essa situação era nova, constituindo-se em um verdadeiro marco no pensamento estratégico brasileiro, porque há dezenas de anos se falava na necessidade de se dar atenção à mesma, mas apenas na década de 1980, políticas reais foram implementadas, aprofundando-se cada vez mais. A contrapartida é que, passaram a se perceber, internamente, nas próprias instâncias de formulação e implementação das políticas nacionais, divergências entre correntes desenvolvimentistas e ambientalistas.

O que se pode observar, portanto, é que a Amazônia adquiriu dimensão internacional na década de 1980, fundamentalmente com a morte de Chico Mendes, por causa de suas reivindicações de como se devia processar a ocupação da região, com a proposta de reservas

³⁸ Ver CMMAD – *Nosso futuro comum*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

extrativistas. Não é fortuitamente que o prêmio Global 500 concedido a pessoas e instituições, que têm como causa a defesa do meio ambiente, tenha sido conferido a inúmeros representantes brasileiros nessa área, além de Chico Mendes, a personalidades como Philip M. Fearnside, Mary Alegretti, David Kopenawa, etc.

Tanto para reduzir o impacto sobre as críticas ambientais, como para mostrar que o país estava se orientando para outras preocupações que não aquelas voltadas para disputas, o presidente Fernando Collor de Mello propôs a realização da Eco 92 no Rio de Janeiro, bem como colocou uma pá de cal no projeto nuclear da base de Cachimbo, então em construção no estado do Pará, no norte do país.

Como sequência das políticas adotadas, posteriormente, para proteção da região norte, no governo seguinte, já sob Fernando Henrique Cardoso, deu-se início ao mais ambicioso projeto com finalidades amplas, além daquelas estritamente estratégicas. Trata-se do Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM).³⁹

3.2. O Brasil na virada do século

Nos últimos anos do século, algumas medidas importantes foram tomadas em termos das políticas e estratégias do país. Em primeiro lugar, a divulgação do documento *Política de Defesa Nacional*, em 1996, seguido pela criação do Ministério da Defesa em 1999, pela nova versão da *Política de Defesa Nacional* de 2005, e pela contínua reivindicação de vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Ao mesmo tempo, procurando mostrar que não tinha tendências belicosas, o país finalmente concordou em assinar o TNP em 1998,

³⁹ Sobre esse projeto ver: <http://www.sivam.gov.br>.

embora no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral tenha declarado, uma semana após sua posse, em 05 de Janeiro de 2003, que o Brasil tinha interesse na construção de artefatos atômicos.

Na primeira versão da *Política de Defesa Nacional* achavam-se delineadas as grandes preocupações nacionais, recebendo a Amazônia, especial atenção prioritária. Ainda que se fizessem considerações gerais sobre todo o país, entre as diretrizes que deveriam ser observadas destacavam-se: “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar; priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste”.⁴⁰

Alguns anos depois, em sua versão mais elaborada, a PDN apresentava duas grandes preocupações centrais. Segundo o item 6.12 “em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional”.⁴¹

Por sua vez, a criação do Ministério da Defesa veio colocar um ponto final em grave problema que sempre afetou as armas: a existência de uma instância responsável pela formulação global da política e estratégia brasileira, uma vez que o EMFA sempre se constituiu em uma entidade inter-forças, e não supra-forças, portanto incapacitada para subordinar as três forças que sempre elaboraram políticas específicas, pouco se preocupando com um planejamento global.

No caso, isto sempre ocorreu porque desde sua criação, o EMFA sempre foi um ministério militar destinado a ser comandado por um oficial

⁴⁰ Cf. Presidência da República – “Política de Defesa Nacional”. *Parcerias Estratégicas*, Brasília: CEE/SAE, vol. 1, nº 2, dezembro de 1996, p. 14.

⁴¹ Cf. Ministério da Defesa – *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2005, p. 17.

de último nível, como cargo de consolação, fazendo-se um rodízio em sua nomeação entre a Aeronáutica, a Marinha e o Exército, a cada período de dois anos. O mesmo já não deveria acontecer com o MD, porque os três ministérios militares específicos foram transformados em Comandos Militares, ainda que seus titulares tivessem mantido o status de ministros. Em segundo lugar a indicação de um civil para o comando da pasta. A realidade, entretanto, apontaria para situações bastante diferentes da que deveria ocorrer. Em primeiro lugar, o MD não conseguiu desempenhar o papel que lhe estava agora destinado. Em segundo lugar, isto provavelmente ocorria porque os ministros nomeados não tinham domínio adequado sobre o tema, nem prestígio e capacidade suficientes para pensar estratégias mais amplas, além das ressalvas que os próprios militares tinham a respeito dessas indicações mais políticas do que técnicas para a chefia do MD.

Em termos dos avanços dos estudos estratégicos e da geopolítica brasileira, podem ser constatados sensíveis progressos nos últimos anos. De um lado houve a penetração do tema nas universidades, seja criando-se uma área de “paz, segurança internacional e defesa”, seja fomentando-se pesquisas e cursos de pós-graduação *strito sensu* sobre questões estratégicas, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Defesa. Os encontros sobre assuntos estratégicos tornaram-se mais frequentes, incluindo-se desde 1995, o Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, cuja sétima versão será realizada em novembro do corrente ano em Brasília, desta vez sob os auspícios do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quando outras vezes foram realizados, por exemplo, na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas. Seminários realizados pela Câmara Federal foram divulgados, tratando da política de defesa para o século XXI, enquanto por iniciativa do Ministério da Defesa, realizaram-se oito rodadas de debates em Itaipava-RJ, juntando-se representantes das Forças Armadas, diplomatas,

empresários, Poder Legislativo e meio acadêmico, depois publicados em 4 volumes pelo próprio MD.⁴²

Temas como a integração regional, política, econômica e energética ocuparam espaço apreciável tanto nos debates quanto nas negociações governamentais, ao mesmo tempo que outros tópicos como a Amazônia azul, a lei do abate, a demarcação das terras indígenas e a tríplice fronteira passaram a adquirir importância. Não apenas isto, mas o governo brasileiro inclusive está propondo aos vizinhos sul-americanos a construção de um fórum cujo “objetivo seria eliminar tensões na América do Sul, já que recentemente houve problemas na fronteira entre Venezuela e Guiana e existem disputas em outros pontos”.⁴³

As Forças Armadas por sua vez, continuaram com suas demandas para a melhoria de seus equipamentos, considerando que os gastos militares estão aquém do necessário para manter boa performance. Assim, o Comando Militar da Aeronáutica, por ocasião da crise do setor aéreo, reclamava a liberação de recursos. O Exército agia da mesma forma, enquanto o Comando da Marinha batia na mesma tecla. O comportamento dos comandos militares tem sido uma constante sobre esse tema.

Considerações finais

Como pode ser observado ao longo do tempo, o país, apesar das flutuações, conseguiu elaborar e implementar políticas com finalidades múltiplas de ocupação, interiorização, integração, fortalecimento e proteção de seu território. No conjunto tais políticas visam o

⁴² Cf. J.R. de Almeida PINTO, A.J. RAMALHO DA ROCHA e R. Doring PINHO DA SILVA (org.) – *Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança*. Brasília: Ministério da Defesa/Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004/2005, 4 volumes. Também na página do Ministério da Defesa: <http://www.defesa.gov.br>.

⁴³ Cf. Wilson TOSTA – “Brasil planeja propor fórum para defesa sul-americana”. *O Estado de S. Paulo*, 28.11.2007.

fortalecimento do poder nacional em moldes tradicionais. Simultaneamente tem reforçado a formação de recursos humanos, por exemplo, com a capacitação de profissionais altamente qualificados oriundos das universidades, tendo titulado 10 mil doutores e 40 mil mestres nos programas de pos-graduação em 2006. Eventualmente tais recursos humanos poderão apresentar bons retornos em termos tecnológicos, desde que políticas adequadas sejam realizadas, com a criação de centros de pesquisa, reforço das universidades, oferecendo condições para a absorção desses profissionais.

Não se pode, contudo, dizer que a questão geopolítica ou os assuntos estratégico-militares tenha recebido atenção prioritária no atual governo. Trata-se de assuntos que fazem parte de uma agenda global, ainda que não inteiramente sintonizada, implementada com variações orçamentárias e dificuldades pontuais com o não seguimento linear das mesmas. De qualquer forma se constituem em somatório em termos de políticas públicas, embora não se verifique uma posição confortável em termos comparativos com outros países da região.

As críticas que passaram a surgir seja através da imprensa, seja de outros chefes de governo de países vizinhos, criticando a visão imperial do Brasil, reproduzem em grande parte o verificado nos anos 60 e 70, quando o país experimentou crescimento acelerado econômico, além das políticas ostensivas sobretudo pela característica do regime militar. Por isso críticas como a do presidente boliviano Evo Morales, do venezuelano Hugo Chavez e de candidatos as eleições presidenciais do Paraguai em 2008 têm sido aceitas com certa naturalidade, sem repercussões maiores no relacionamento bilateral que o Palácio do Planalto mantém com essas nações. No momento atual, a situação estável pela qual passa o país, favorecido pelas condições favoráveis vigentes no sistema internacional, tem possibilitado razoável índice de crescimento, ainda que pudesse ser melhor aquinhado, e de forma equilibrada.

A atuação do país em diversas instâncias multilaterais, inclusive concorrendo a cargos no BID e OMC, apesar de não obter os resultados

desejados, mostra que o governo brasileiro tem procurado com insistência, da mesma forma que para o CS da ONU, um espaço maior nas organizações internacionais. O diálogo Sul-Sul, e atuação seja criando o G-3, G4, participando do G20 ou desejando fazer parte do G8 fazem parte da estratégia brasileira de ascensão e tentativa de mudança de sua posição relativa. Ao mesmo tempo, tem procurado utilizar seus recursos naturais e sua tecnologia como elementos de poder, mas de forma um tanto tímida, como nos casos do etanol e do biodiesel, enquanto tem apresentado propostas de resolução dos grandes problemas mundiais, como o combate a pobreza e ao meio ambiente.

Por outro lado, evitando maiores problemas, ao longo do tempo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido mais discreto no que se refere a liderança regional. Enquanto apregoava ostensivamente essa condição para o Brasil no início de seu primeiro mandato, depois seu discurso deixou de enfatizar e até refutar tal projeto. É o que fez, por exemplo, na viagem aos Estados Unidos em discurso de abertura dos trabalhos da ONU, em setembro de 2007. Da mesma forma, contudo, não deixa passar oportunidades para dizer que em termos de território o país não aceita qualquer tipo de interferência.

Isto, entretanto, não tem assegurado unanimidade em termos nacionais, já que as diversas instâncias que se encarregam da ocupação da Amazônia têm demonstrado posturas nem sempre coincidentes sobre a melhor forma de implementar as políticas de ocupação e defesa do território norte brasileiro. Foi o que se observou, por exemplo, em abril de 2008, quando os conflitos verificados no estado de Roraima na chamada Raposa do Sol colocaram em campos opostos, de forma cristalina, as Forças Armadas, o Ministério da Defesa e o Executivo. Ou seja, ainda que se tenha um consenso de que a região Norte mereça atenções especiais, não é por causa disso que civis e militares apresentam pontos de vista que caminham na mesma direção, o que no limite termina sempre por dificultar o estabelecimento de uma política de defesa nacional verdadeiramente eficaz.

PRIMEIRA VERSÃO

Títulos Publicados

80. Shiguenoli Miyamoto. *Perspectivas do estudo das relações internacionais no Brasil.*
81. João Quartim de Moraes. *Erasm e Lutero: teologia e reforma do cristianismo.*
82. Shiguenoli Miyamoto. *O idealismo e a paz mundial.*
83. Reginaldo C. C. de Moraes. *Economia, política e ideologias. Notas sobre neoliberais, keynesianos e cepalinos.*
84. Octavio Ianni. *Língua e sociedade.*
85. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Situações. Conjuntura, Empresários/Trabalhadores e Alca.*
86. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas.*
88. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80.*
89. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança regional no contexto do Mercosul.*
91. Shiguenoli Miyamoto. *A política de defesa brasileira e a segurança regional.*
92. Pedro Paulo A. Funari & Nanci Vieira Oliveira, *Arqueologia em Mato Grosso.*
93. Shiguenoli Miyamoto. *O Brasil e as negociações multilaterais.*
95. Shiguenoli Miyamoto. *Cooperação, competição e integração regionais: o difícil entendimento.*
96. Maria Lygia Quartim, *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile.*
97. Shiguenoli Miyamoto. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação.*
99. Shiguenoli Miyamoto. *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum.*
101. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *O pequeno século XX: o Estado, o mercado e o et cetera.*
102. Shiguenoli Miyamoto. *Geopolítica do Brasil: algumas considerações.*
103. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico.*
104. Caio Navarro de Toledo. *Universidade, intelectuais e pensamento crítico.*
105. Tom Dwyer (org.), Maria Herminia Tavares de Almeida, Juarez Lopes Brandão e Roberto Cardoso de Oliveira. *As origens do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais e as perspectivas para o futuro – um encontro com alguns fundadores.*
106. Cátia Aida Silva. *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil Contemporâneo.*
107. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North.*
108. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual.*
109. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Dois estudos sobre cidadania.*
110. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, Juliana do Couto Ghisolfi e Maitá de Paula e Silva: *Universidade no Brasil, 2002 – problemas & dilemas.*
111. Shiguenoli Miyamoto. *O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas.*
112. Lucas Angioni. *O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles.*
113. Octavio Ianni. *Sociologia do terrorismo.*
114. Guita Grin Debert. *Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia.*

115. Tom Dwyer (org.), Maria Lúcia de Oliveira Barbosa, Ricardo Abramovay, Leila da Costa Ferreira, Rita de Cássia Lahoz Morelli e Rachel Meneguello. *O ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais*.
116. Adriana Piscitelli. *Delegacias especiais de polícia em contexto: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia)*.
117. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século*.
118. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Berle & Means, de 1932 a 2002: a ordem política do capitalismo corporativo*.
119. Shiguenoli Miyamoto e Patrícia Nasser de Carvalho. *A ONU e a paz mundial: alcances e limites*.
121. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Feminismo, movimentos de mulheres e a re(construção) da democracia em três países da América Latina*.
122. Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca. *Segurança hemisférica: uma agenda inconclusa*.
123. Armando Boito Jr. *Classe média e sindicalismo*.
124. Izabel A. Marson. *Política e memória em Um Estadista do Império*.
125. Octavio Ianni. *Enigmas do pensamento latinoamericano*.
126. Eliane Moura da Silva. *Repensando o fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas*.
127. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Algo de novo na América Latina?*
128. Alessandro André Leme. *Estado e energia: conjunturas e conjecturas acerca do setor elétrico brasileiro*.
129. José Carlos Pinto de Oliveira, *Quine e o projeto de uma ciência cognitiva*.
130. Alessandro André Leme. *Reformas do Estado: o caso do setor elétrico na Argentina e no México*.
131. Amnéris Maroni. *Busca e mistério*.
132. Maria Filomena Gregori. *Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições*.
133. Duarcides Ferreira Mariosa. *Florestan Fernandes e os Tupinambá*.
134. José Carlos Pinto de Oliveira. *História da ciência e história da arte. uma introdução à teoria de Kuhn*.
135. Alessandro André Leme. *Privatização e energia elétrica: debate preliminar sobre a reestruturação do setor elétrico e a crise de racionamento de energia*.
136. Álvaro Bianchi. *O Laboratório de Gramsci*.
137. Shiguenoli Miyamoto e Juliana Santos Maia Bertazzo. *A Política das Forças Armadas: Conflitos e Institucionalização do Regime Militar*.
138. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn e a Revolução Historiográfica na Ciência e na Arte. José Carlos Pinto de Oliveira*.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received:

FALTA-NOS: _____

We are lacking:

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13081-970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel.: (0XX 19) 3521.1604 / 3521.1603
Telefax.: (0XX 19) 3788.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
pub_ifch@unicamp.br

